

O (SUB)DESENVOLVIMENTO INSUSTENTÁVEL: A QUESTÃO AMBIENTAL NOS PAÍSES PERIFÉRICOS LATINO-AMERICANOS¹

Alexandre Maia do Bomfim²

Resumo

A proposta do trabalho é obter elementos que possam contribuir na construção de uma perspectiva teórica crítica à Questão Ambiental e para uma realidade periférica, no caso, latino-americana. As categorias de análise foram construídas a partir de referências teóricas críticas (FURTADO, LAYRARGUES, CHESNAIS, BETTELHEIM, ARRIGHI, MÉSZÁROS, KONDER, LÖWY entre outros) que questionaram o conceito de subdesenvolvimento e sobretudo problematizaram o conceito de "Desenvolvimento Sustentável". A hipótese de trabalho foi mostrar que a proposta de Desenvolvimento Sustentável não foca os elementos principais da degradação do meio ambiente. A questão de trabalho foi: os países ditos "subdesenvolvidos", "periféricos" ou "dependentes" podem se livrar de seu conteúdo de miséria, desorganização espacial, deseducação, pouca saúde, violência etc. sem degradar seu meio ambiente? O trabalho mostra que as opções dos países periféricos não estão revertendo o quadro de destruição da natureza, as ações tomadas são superficiais ou ineficazes. O estudo infere que mais do que consciência da degradação será necessário impor mudanças ao próprio sistema societário que estimula o desenvolvimentismo, produtivismo, consumismo, chegando ao ponto de exaurir os recursos naturais. A conclusão vê a necessidade de se revigorar a crítica ao sistema social que nas duas últimas décadas se pôs hegemônico no mundo. E que as nações periféricas podem e devem fazer diferente. Reivindicar o direito de poluir, de consumir, de destruir como fizeram os países centrais não parece ser o caminho.

Palavras-chave: Desenvolvimento Ambiental; Subdesenvolvimento e desenvolvimento; Sociologia e Meio Ambiente; Centro e periferia; Educação Ambiental.

(UNDER)DEVELOPMENT UNSUSTAINABLE: THE ENVIRONMENTAL ISSUE IN THE PERIPHERAL COUNTRIES

Abstract

The proposed work is to obtain elements which may contribute to building a critical perspective environmental issue. And Environmental Issue under a peripheral reality the Latin American. The categories of analysis were constructed from theoretical references critical (FURTADO, LAYRARGUES, CHESNAIS, BETTELHEIM, ARRIGHI, MÉSZÁROS, KONDER, LÖWY and others) that questioned the concept of underdevelopment and especially problematized the concept of "Sustainable Development". The hypothesis was to demonstrate that the proposed Sustainable Development does not address the main elements of environmental degradation. The issue of work: those so-called "underdeveloped", "peripheral" or "dependent" can get rid of the contents of misery, clutter space, miseducation, poor health, violence, etc. without degrading their environment? The work demonstrates that the options of the peripheral countries not being part of the destruction of nature, the actions taken are superficial or ineffective. The study concludes that more than aware of the degradation is necessary to change the very system that boosts productivism, developmentalism, productivity, consumerism to the point to deplete natural resources. The conclusion sees the need to replace the criticism of the social system in the last two decades has set hegemonic in the world. And the peripheral nations can and should do differently, claiming the right to pollute, consume, destroy as did the core countries do not seem to be the path.

Keywords: Sustainable Development, Underdevelopment and Development, Sociology and environment, Center and periphery, Environmental Education.

¹ Texto republicado em 23/08/2023, tendo em vista a comemoração dos 20 anos da TN, por sua qualidade e atualidade acadêmica. DOI:<https://doi.org/10.22409/tn.8i10.p6104>

² E-mail: alexmaab@uol.com.br. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ – Brasil.

Introdução

[Deus fala a Adão:] Não te demos, Adão, nem uma morada fixa, nem uma forma exclusiva, nem uma função peculiar, exclusivamente tua, para que tu possas escolher a morada, a forma e a função que quiseres. De acordo com a tua própria vontade livre e sem estares cerceado por limitações previamente estabelecidos, definirás tu mesmo as tuas limitações naturais. Terás o poder de degenerar e resvalar para formas de vida inferiores, bestiais; mas também terás o poder – derivado do discernimento de que é capaz a tua alma – de renascer, e de se elevar às formas mais altas da vida, formas divinas. (Giovanni Pico Della Mirandola, século XV)³

A primeira intenção deste artigo é oferecer mais elementos, supostamente críticos, para análise da Questão Ambiental. Elementos esses que permitam minimamente problematizar as orientações socioeducativas e políticas que comumente encontramos, propostas pelos organismos governamentais, pela mídia e pelas organizações envolvidas mais diretamente com o tema. Nossa posição, não mais hipótese, é que a maior parte de tais orientações é inócua e não está conseguindo deter a permanente e incessante realidade de degradação ambiental.

Não reverteremos o quadro de destruição da natureza se não tocarmos em alguns pontos viscerais ao atual modelo societário: a questão da sociedade de consumo; o desenvolvimento ilimitado; o direito também sem limites de propriedade dos ricos; a expropriação do trabalhador; o processo de mercantilização de tudo etc. Questionamos o termo “Desenvolvimento Sustentável”, porque da forma que esse conceito vem sendo utilizado nos últimos anos, tornou-se um oxímoro (como entrar-sair, escuro-claro), tornou-se uma justaposição inconciliável entre duas palavras, no caso: “Desenvolvimento” e “Sustentável”. Tudo que se fala a respeito de “responsabilidade ambiental”, “consciência ecológica”, “áreas de preservação”, “políticas verdes”, etc. não conseguem impedir a destruição da natureza, em nome do desenvolvimentismo. Se coletivamente não desejamos a destruição da natureza, por que isso segue acontecendo? O comando [assim como a epígrafe acima] não deveria ser do próprio homem? Por que a degradação ambiental persiste?

Como as respostas para essas questões não podem vir da metafísica, a melhor forma de obter respostas é problematizando (materialisticamente) nossas opções. É bem provável que as mazelas oriundas da degradação não são sentidas por todos ou

³ Apud Konder, 2006.

pelos menos da mesma forma. E que nem todos perdem com a degradação, porque seus agentes são reais e alguns até ganham com ela.

Nossa intenção aqui é fazer esta discussão sob uma perspectiva periférica. Nossa contribuição aqui é questionar o discurso harmonioso de “desenvolvimento sustentável” para os países periféricos. Como os povos da América Latina podem responder à questão ambiental?

A impossibilidade de desenvolvimento: questões para os países periféricos

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. (Celso Furtado, 1974)

A epígrafe acima do professor Celso Furtado, retirada de sua obra clássica *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (cf. FURTADO, 1974), é emblemática, considerando o propósito desta parte do texto: construir as questões de análise para a reflexão da questão ambiental nos países ditos subdesenvolvidos.

Na designação *subdesenvolvimento*, o prefixo *sub* poderia sugerir dois sentidos complementares: um, de que seria um *degrau* para o desenvolvimento; e o outro, de que esse degrau seria uma *fase* até (próxima) do desenvolvimento, uma espécie de pré-desenvolvimento. Não obstante, Furtado (2003, p. 88) aponta que “o subdesenvolvimento não pode ser estudado como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores”. O subdesenvolvimento não é um estágio, como também não é simplesmente o desajuste de uma máquina estatal ou da economia, mas é sim a parte mais extensa da sociedade capitalista.

A perspectiva conservadora não entende que os países subdesenvolvidos estabelecem uma relação de interdependência com os desenvolvidos. A ideia de que o subdesenvolvimento é apenas uma *etapa* sugeriria o que Arrighi (1997) afirmou ser *A Ilusão do Desenvolvimento*. Os países, sobretudo os que Arrighi (1996) chama de “semiperiféricos”, precisam buscar incessantemente o desenvolvimento, ainda que nunca o alcancem, porque estão subordinados a um jogo geopolítico que os faz permanecer no mesmo patamar, mas que também não podem rejeitar porque as consequências são ainda piores. Vale mais uma vez a contribuição de Furtado (2003,

p.88): “desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico (...)”.

O subdesenvolvimento não é uma espécie de menoridade em relação ao desenvolvimento. Arrighi mostra em seu livro *O Longo Século XX* (op. cit.) que, à exceção do Japão, a configuração do mundo que dividia o mundo capitalista entre uma minoria de países ricos e uma maioria de pobres no século XIX era praticamente a mesma no final do XX⁴.

Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas* (...). Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar grandes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforcem o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p.75)

Os pensadores não-críticos poderiam alegar que essa visão não procede, porque é normal que o desenvolvimento dos países e das pessoas não aconteça da mesma forma, porque é impossível garantir os mesmos níveis de desenvolvimento para todos, que a igualdade é definitivamente um mito. Na verdade, esse argumento é um sofisma, falseia a realidade e não é capaz de enfrentar uma simples questão: o desenvolvimento alcançado pelos ricos se autossustenta ou baseia-se na exploração? Destarte, constata-se que é uma dependência parasitária, a que acontece entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A Experimentação da Degradação Ambiental pelos Países Periféricos

Outro clássico e importante autor (este francês) que faz um estudo nessa direção é Charles Bettelheim (1973, p. 52), chega a dizer: “é necessário, ao meu ver [sic], substituir a expressão ‘países subdesenvolvidos’ pela expressão mais exata de ‘países explorados, dominados e de economia deformada’”. A história de desenvolvimento dos países do hemisfério norte está assentada no colonialismo sobre a América e no neocolonialismo sobre a África e Ásia, assim como no condicionamento e exigência de atrelamento por que passou a maior parte dos países

⁴ A esperança depositada pela economia contemporânea (e do discurso único) no desenvolvimento do BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China para refutar a ideia de que o subdesenvolvimento é permanente no Capitalismo, na verdade, quer dissimular a desigualdade persistente nesses mesmos países e no mundo (PNUD, 2009).

no período da Guerra-fria (com geopolítica da época que agrupava os países em primeiro, segundo ou terceiro mundo). Pode-se negar a história, mas o interessante é perceber que na atualidade da Globalização pouco mudou⁵. Para Layrargues (1997):

se todos as sociedades adquirirem as mesmas condições de vida de um cidadão norte-americano, o sistema ecológico não suportaria essa nova pressão, e o planeta entraria em colapso. No atual estado do desenvolvimento tecnológico, considerando suas implicações ambientais, o padrão de consumo do Primeiro Mundo definitivamente é insustentável e não-generalizável ao conjunto da humanidade.

Quer dizer, a meta da igualdade que possuir como parâmetro os países abastados com todo seu acúmulo material certamente levará ao colapso (conforme já nos havia anunciado Furtado na epígrafe) o projeto civilizatório da atual sociedade globalizante, como também a própria condição da vida humana neste planeta. Destarte, o pensamento pró-desenvolvimentista tende a dizer que a proposta de seus críticos é a de nivelamento por baixo. O que sempre faltou ao projeto desenvolvimentista desses neoconservadores foi o de assumir a intrínseca característica do sistema: a expropriação, o que significa: a “insustentabilidade do desenvolvimento”.

Ainda que a crítica ao pensamento desenvolvimentista tenha alcançado lugar comum no pensamento de esquerda, tanto na Europa quanto na América Latina, houve inúmeras respostas para explicar o atrelamento e/ou adesão por parte dos países pobres ao tipo de desenvolvimento proposto/imposto pelos ricos; análises e explicações que escapam ao escopo deste artigo⁶, mas que aqui estão pressupostas. Destarte, assumindo-se que há uma interdependência parasitária, em que a troca material (e simbólica) é desigual, obviamente desfavorável aos mais pobres, a

⁵ Segundo Relatório PNUD-2006 foram considerados países com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) elevado apenas 63 de 177 estudados, ou seja, apenas um pouco mais de 1/3 da população mundial.

⁶ As explicações para relação de interdependência entre subdesenvolvimento e desenvolvimento são várias, vão desde a percepção de que os interesses de elites predatórias dos países periféricos não coadunam com os de sua população, à Divisão Internacional da Produção e do Trabalho, à imposição explícita ou sutil do poderio militar dos ricos sobre os pobres, aos organismos políticos internacionais que garantem uma organização favorável aos países do centro, à financeirização do sistema-capital a nível planetário, à globalização em seus diferentes aspectos, etc.

De uma maneira geral, a contra-argumentação ao pensamento conservador (de restringir a explicação do subdesenvolvimento ao despreparo das economias e dos Estados Nacionais que não teriam processado devidamente as etapas necessárias do revolucionamento constante do sistema capitalista) foi muito desenvolvida por inúmeros autores da década de 60 e 70, destaque para alguns autores latino-americanos, incluindo os citados no corpo do texto e outros que alcançaram notoriedade, como por exemplo, Cardoso, Faletto (cf. CARDOSO; FALETTO, 1970), Jaguaribe (cf. JAGUARIBE, 1969), Weffort (cf. WEFFORT, 1971) entre outros.

questão, a saber, que nunca deixou de ser atual é: os países ditos “subdesenvolvidos”, “periféricos” ou “dependentes” podem se livrar de seu conteúdo de miséria, desorganização espacial, deseducação, pouca saúde, violência etc. sem degradar seu meio ambiente (a opção de desenvolvimento feita pelos países ricos)?

Depois que o IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), apresentado em 2007 (IPCC, 2007), por encomenda da ONU – Organização das Nações Unidas, apontou que o homem vem sendo o principal responsável por uma série de mudanças no meio ambiente, resultado da poluição advinda de seus milhões de carros, indústria e produção incessante de lixo, com destaque especial ao dióxido de carbono despejado na atmosfera, principal responsável pelo “efeito estufa”, a questão ambiental voltou a ganhar destaque, tanto na mídia televisiva e impressa, quanto nas entidades governamentais e não governamentais, na educação, (até) no cinema⁷, na sociedade de maneira geral. E os diferentes matizes teóricos se recolocam prontos a contribuir à reflexão atual sobre a temática ambiental como também procuram orientar novas políticas públicas e ações da sociedade. Matizes teóricos que vão desde o que (a) se dispõe à preservação da natureza com manutenção do desenvolvimento capitalista, passando pelo que (b) defende a natureza independente da situação das comunidades humanas, até o que (c) recoloca o homem na natureza e por aí tece a reflexão da questão ambiental (cf. DELUIZ; NOVICKI, 2004). Considerando que este artigo se alinha precisamente a este último recorte, a proposta é precisamente refletir como homens e mulheres dos países periféricos experimentam a degradação ambiental, mas sobretudo que caminhos novos podem oferecer...

Os países desenvolvidos, maiores responsáveis pela destruição da natureza, estão hoje alcançando um novo grau de consciência ecológica, posto pelo que Altvater chama de *novas fronteiras ecológicas*, desafios de uma sociedade que pretende manter o desenvolvimento econômico, mas que aos poucos precisa enxergar os limites impostos pela natureza. Altvater (1999): “alguns [os que já alcançaram a ‘consciência ecológica’] criticam a ‘liquidação ecológica’ praticada pelos países menos desenvolvidos (...)”. Altvater é um estudioso crítico, mas pode-se dizer que sua visão

⁷ Al Gore, ex-candidato democrata à Presidência dos Estados Unidos, com um documentário sobre a degradação ambiental e aquecimento global com o título “Uma Verdade Inconveniente” ganha um Oscar como também divide o Prêmio Nobel da Paz de 2007 com os cientistas do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.

ainda é eurocêntrica. Hoje, ainda que tenhamos uma Europa muito mais preservacionista, até mesmo recuperadora do meio ambiente, o caminho de desenvolvimento que experimentaram não parece ser exemplo aos países do hemisfério sul, porque também degradaram muito seu meio ambiente. A consciência ecológica pode não ter chegado tarde demais, mas já fez sucumbir, de forma irrecuperável, muitos elementos da natureza, existentes antes das revoluções agrícola e industrial.

Na verdade, o que parece estar posto aos países ricos é a constatação de que vivem infelizmente no mesmo planeta dos pobres, desses que deveriam preservar a natureza, mas que também reivindicam o “direito de poluir” para se desenvolver. Como se os ricos dissessem aos mais pobres: “façam o que digo, não façam o que faço”. O problema é desejar que as populações distantes das benesses do sistema capitalista, as que, contraditoriamente, mais sofrem com a degradação ambiental, ainda tenham que adquirir, sem contrapartida, a consciência ecológica para a preservação da natureza e sustentabilidade da sociedade.

O “sistema do capital” (cf. MÉSZÁROS, 2002) mais uma vez culpabiliza quem na verdade é vítima. Layrargues (1997) apreende outro elemento dessa problemática: “ocorreu um movimento de dupla conveniência entre Norte e Sul, onde [sic] o primeiro desejando omitir a poluição da riqueza, e o segundo, desejando obter investimentos para mitigar a pobreza, orquestraram seus interesses particulares em total harmonia”. A reflexão de Layrargues de mais de um década conseguiu perceber algo estrutural nas propostas políticas que surgiram e tiveram continuidade pelos anos 90, passando pela ECO 92 do Rio de Janeiro até a ratificação do Protocolo de Quioto em 1998, de que o tal “desenvolvimento sustentável” está limitado a uma lógica mercadológica que tem como pano de fundo uma aparente simbiose entre países ricos e pobres em torno de um novo mercado, o dos “créditos de carbono”.

O Protocolo de Quioto proporciona um mecanismo de "Mercado de emissão". As obrigações de redução no protocolo são interpretadas como uma cota nacional de emissão. Se um país não usa completamente sua cota de emissão, pode transferir ou vender porções não utilizadas de sua cota para outro país. (WWF, 2007)

E isso é ideologicamente tão forte que entidades com luta na questão ambiental, como *Worldwide Fund for Nature* – WWF aceita essa simbiose utilitarista entre países ricos e pobres como um ponto de pauta importante a ser conquistado:

Um novo instrumento econômico nasceu do Protocolo de Quioto: o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) foi proposto por países industrializados para cumprirem suas obrigações no protocolo com maior flexibilidade. Na essência, países industrializados ganharão "créditos" por seus investimentos em projetos de redução de emissão nos países em desenvolvimento. (WWF, 2007)

Uma das leituras críticas mais contundentes dessa realidade é feita por François Chesnais e Claude Serfati (2003, p. 42), em que chegam a mostrar que o capitalismo é capaz até de fazer bons negócios com a destruição da natureza: “no plano econômico, o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou degradação de recursos, como a água e até o ar, em “mercados”, isto é, em novos campos de acumulação”. Na relação “Capital X Natureza”, para Chesnais e Serfati, o Capital é capaz de destruir primeiro a natureza bem antes do que a si mesmo. Ou seja, ainda que pareça estranho, mas a destruição da natureza não é uma contradição para o Capital.

Sobre a relação entre países, Chesnais e Serfati (2003, p. 43)entendem que:

No plano político, o capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e classes mais fracas. Em caso de necessidade, ele pode, em último recurso, dirigir toda a potência militar dos imperialismos dominantes para tarefas de “manutenção da ordem” em todas as partes do mundo em que as degradações das condições de existência dos povos, sob efeito das destruições ambientais, possam provocar levantamentos.

Chesnais e Serfati nos mostram que com a tendência do recrudescimento da degradação ambiental – com um viés inevitavelmente escatológico – haveria também maior controle dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. Os países mais ricos não renunciarão à guerra, caso necessitem lutar por mananciais de água, ares despoluídos, lugares com temperaturas menos inóspitas, aquíferos e/ou áreas florestais com grande biodiversidade.

Para os países parasitalmente dependentes, a temática ambiental é ainda mais urgente, porém precisa ser refletido de outra forma. Os países pobres não são historicamente os maiores responsáveis pela degradação ambiental, mas também não parece ser o caminho reivindicar o “direito de poluir”. Löwy (2005) aponta que não é suficiente tomar a “Máquina” (no que se refere tanto à da Indústria quanto à do Estado) é importante orientá-la noutra sentido, pois ela em si é construída para a exploração e destruição. É necessária a construção de outra direção, na verdade, de outra Máquina. A conveniência dos países pobres em aceitar a ajuda dos países ricos,

numa falsa simbiose, que permite a estes últimos continuarem a poluir, na verdade é apenas uma forma de controle temporário, um paliativo, que não tem impedido o crescimento da degradação ambiental diante de um grande contingente de homens e mulheres já degradados por sua condição de vida.

O (Sub)desenvolvimento insustentável: incontrolabilidade do sistema ou subserviência coletiva?

[O trabalhador] pensa assim: eu não vou fazer a compra porque eu tenho medo de perder o emprego. O que eu quero dizer é que ele corre o risco de perder o emprego, se ele não comprar porque ele não comprando o comércio não encomenda para indústria, que não produz, e sem produzir, não tem emprego [na indústria].
(Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2008, sobre a crise que abateu a economia mundial no final da primeira década do sec. XXI)

Norbert Elias no seu clássico livro *A Sociedade dos Indivíduos* conseguiu de uma só vez atacar os exageros das análises sociológicas, daquelas que supervalorizam a “sociedade” e diminuem o “indivíduo” e daquelas que fazem exatamente o contrário. Em Elias (1994), a relação indivíduo e sociedade é de reciprocidade (para não dizer “dialética”) e a predileção que uma teoria dá a um polo ou ao outro é resultado da perspectiva analítica. Não obstante, nenhuma análise sociológica, dos clássicos aos contemporâneos, parte do indivíduo para compreender a sociedade.

Todos nós estamos submetidos às regras sociais, pode-se quebrar uma ou outra, alguns conseguem mais subversões que outros, mas ninguém tem liberdade/autonomia total. Alguns se utilizam do poder para subjugar a maioria, mas mesmo os mais poderosos precisam corresponder a alguma expectativa do social. Sem desejar cair em algum tipo de estruturalismo, o fato é que uma vez dentro de um sistema social é muito difícil não acatar suas regras.

Nosso sistema social tem uma lógica de consumo associada ao produtivismo. De imediato, qualquer proposta de ruptura dessa lógica nos parece trazer consequências, como: crise, recessão, desemprego, carestia, atraso etc. Quando consumimos pouco, a indústria cai, o desemprego aumenta, o setor terciário também sofre, a crise se instala e todos os seus efeitos mais perversos podem aparecer (fome, guerra...). Por isso, dentro desse sistema não se pode atacar o consumismo, grosso modo. Esse é o maior dilema para a proposta de desenvolvimento sustentável, que comumente hipostasia a questão, apontando como problema a produção de lixo em

vez do consumo. Dessa forma, a proposta é praticamente inócua, permanece a destruição da natureza:

Até 2006, aproximadamente 17% da floresta amazônica foi destruída. As altas taxas de desmatamento estão provocando uma redução acelerada da biodiversidade local, o que afeta diretamente a vida de milhões de pessoas que dependem da floresta para sobreviver. O desmatamento é também uma fonte significativa de emissões de gases do efeito estufa, que contribui para o aumento do aquecimento global. Cerca de 75% das emissões brasileiras vem do desmatamento e das queimadas, principalmente da Amazônia, deixando o Brasil como o quarto maior poluidor do clima do mundo. (GREENPEACE, 2007)

Sobre a Questão Ambiental parece que na mesma proporção que aumenta o grau de “consciência ecológica” também cresce a degradação da natureza. As entidades defendem e até conseguem elevar a consciência da população, mas na prática não parecem conquistar uma mudança real. A revista Época há pouco tempo fez uma entrevista ao glaciologista americano Robert Bindshadler, do Instituto Goddard, da Nasa, seus estudos mostraram:

(...) como certo que, ainda neste século, antes de 2100, nós vamos ver um aumento de 1 metro no nível do mar. Na Antártica, a parte que está derretendo mais rápida é a porção oeste (...). [Duas grandes geleiras por lá] parecem vulneráveis a um colapso em uma questão de séculos. Isso seria o tal aumento de 5 metros no nível do mar. Mas eu nem gosto mais de falar sobre isso. Os impactos da elevação de 1 metro no nível do mar serão tão grandes que é com eles que devemos nos preocupar. (ÉPOCA, 2009)

A questão ambiental não necessita de alarmismo, pois já é alarmante. Qualquer adulto de idade mediana, sobretudo habitante de país periférico, reconhece o processo de depredação da natureza. Um adulto com 45 anos num país como o Brasil viu e ouviu ao longo de sua vida: a poluição de rios, de baías e mananciais; o aumento de carros e dióxido de carbono; a favelização; a destruição de matas e encostas; acidentes ambientais causados por indústrias; maior utilização de agrotóxicos; mais produção de lixo; extinção de inúmeras espécies; etc. O IPCC sistematizou as consequências, de forma científica, vale alguns exemplos de suas projeções:

Desde o primeiro relatório do IPCC em 1990, as projeções avaliadas sugeriram aumentos da temperatura média global entre cerca de 0,15 e 0,3°C por década para 1990 a 2005. (...) (p.18)

O aquecimento tende a reduzir a remoção do dióxido de carbono atmosférico na terra e no oceano, aumentando a fração de emissões antrópicas que permanece na atmosfera. (p.19)

O aumento das concentrações atmosféricas de dióxido de carbono acarreta o aumento da acidificação do oceano. (...)

É muito provável que extremos de calor, ondas de calor e eventos de forte precipitação continuem sendo mais frequentes (...)

(...) é provável que os futuros ciclones tropicais (tufões e furacões) fiquem mais intensos, com maiores picos de velocidade de ventos e mais precipitação forte associados aos aumentos atuais das temperaturas de superfície do mar tropicais. (...) (p.21) (IPCC, 2007b)

A influência do homem nesses fenômenos é fundamental. Essa é a principal conclusão do relatório do IPCC.

As contrapartidas que pudessem não somente preservar a natureza, mas também recuperá-la, existem, mas são residuais. As “Unidades de Conservação” que seriam a ação dentro da proposta de “desenvolvimento sustentável” tem um nome bem sugestivo, no fim mostram a sua limitação: conservar o que restou de uma determinada existência mais exuberante.

A inferência a que chega nosso estudo é a seguinte: se não se reverter o quadro de consumismo associado ao produtivismo, qualquer ação, *a posteriori*, está nos efeitos e não na causa, por isso será apenas um paliativo, um movimento superficial e inócuo.

Em 2007 no Brasil, o IBGE estimou uma população de aproximadamente 184 milhões de habitantes (O GLOBO, 2007). E agora, bem recentemente, a Agência Brasil do governo federal noticiou que chegamos a 151 milhões de celulares, só no Distrito Federal chegamos a ter 1,37 telefones por habitante, assim como quase 1 (0,98) telefone por habitante no Rio de Janeiro (cf. BRASIL, 2009). Será que estão todos com celulares, as crianças, todos os idosos, bebês, doentes, pobres, populações afastadas? Imaginemos a quantidade de baterias, de carregadores, de capas a serem despejadas na natureza. O processamento dito racional do lixo não nos parece suficiente para dar conta disso tudo. Quando metabolizamos a natureza de forma descontrolada, não adianta muito obter uma forma controlada de lidar com o lixo.

Enfim, se não podemos desestimular as pessoas ao consumismo para não gerar crise econômica, o problema está mesmo no Sistema como um todo, que gera essa lógica consumista-produtivista-predatória. Precisamos de outra lógica econômica⁸, precisamos de outro Sistema Social.

Considerações finais: Socialismo ou Hecatombe Ambiental?

Quando acima dissemos – a partir da leitura de Chesnais e Serfati (2003) – que a degradação da natureza não é uma contradição para o Capital (porque isso não o ameaça imediatamente), de algum modo, recuperou-se um antigo questionamento (que parece fora de moda) presente na Crítica do capitalismo: “socialismo ou barbárie?”. Para Chesnais e Serfati, marxistas que são, se a crítica não for à estrutura do sistema, a questão ambiental não será resolvida. Não obstante, mas ainda em convergência com eles, acrescentaríamos: que se a degradação da natureza não é uma contradição para o Capital, é para o homem. O Sistema do Capital do jeito que se impõe acelerará a extinção da espécie humana na Terra ou nesta engendrará um ambiente bem mais inóspito, resultado de tanta agressão concentrada em pouco tempo. E repetimos, não há nenhum alarmismo aqui, apenas uma constatação (antiga por sinal):

Não resta dúvida que hoje vivemos uma séria crise ecológica, dado que o capitalismo tem levado ao extremo sua produção material na busca incessante por lucro. Mesmo que as pressões populares de alguns países centrais tenham levado alguns Estados a implementarem políticas de conservação da natureza, recuperação de rios e lagos poluídos e colocação de equipamentos de controle e restrição de poluição nas fábricas, a destruição ambiental continua a crescer nas regiões onde a consciência ambiental é fraca, mormente nos países subdesenvolvidos; a novas fronteiras de expansão [sic] do capitalismo. (MEDICI, 1983)

A passagem acima, bem atual, já tem quase três décadas. Pode-se dizer que hoje os países subdesenvolvidos já possuem uma consciência ambiental (expressa até na legislação) bem mais forte, mas o agravante é perceber que isso não freia a destruição da natureza nos países periféricos. Isso porque, diferentemente dos países ricos, provavelmente necessitem manter o ritmo mais acelerado de depredação (e talvez porque ainda tenham mais o que expropriar e destruir). Há três décadas a

⁸ Ainda que isso seja muito difícil de desenvolver, por conta da imposição do “discurso único” (cf. FIORI, 2001).

configuração do mundo ainda estava sob a Guerra-fria, a corrida armamentista era a principal ameaça ao planeta. Hoje, o capitalismo avança vorazmente em países como o Brasil, Rússia, Índia e China. Este último se destaca tanto em seu desenvolvimento industrial que já supera os Estados Unidos quanto nos números da poluição e destruição ambiental (cf. ESTADÃO, 2008).

Terminar um texto com desesperança não é bem-vindo nem para um artigo científico. Mesmo que as rigorosas pesquisas das ciências naturais (vistas no IPCC) apontem os atuais impactos e projetem outros ao meio ambiente, trata-se de um assunto essencialmente humano. O próprio Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2007) atribui ao homem a maior responsabilidade pelas mudanças. Destarte, em se tratando de uma questão humana, não é possível fazer previsão categórica, pois não se trata de futurologia. A natureza possui características que a permite recuperar parte do que foi degradado, talvez outras partes pudessem ser recuperadas pela engenhosidade do homem. Mas, provavelmente, já existam partes irrecuperáveis. Ainda está na mão do homem uma reversão nessa tendência, nesse movimento galopante de destruição da natureza. Não obstante, não vai haver reversão alguma dentro de um sistema societário que mantém acumulação de riquezas para alguns; expropriação do trabalho e dos recursos naturais; e que se estabelece na administração da escassez de muitos etc.

Recolocar a proposição do socialismo, embora para alguns soe como dissonante, é recolocar a crítica ao sistema social que nas duas últimas décadas se pôs hegemônico no mundo. Como todas as experiências societárias dos homens, o capitalismo é resultado da história, não é perene e não será a última sociedade. As nações periféricas podem e devem fazer diferente... Reivindicar o direito de poluir, de consumir, de destruir como fizeram os países centrais não é o caminho. Talvez não saibamos o que fazer, mas definitivamente sabemos o que não deve ser feito.

Referências

ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, Agnes; et. al. **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: UNESP, 1998.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BETTELHEIM, Charles. A Problemática do Subdesenvolvimento. In : PEREIRA, Luiz Et Al. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar (Textos básicos de Ciências Sociais), 1973.

BRASIL. Número de assinantes de telefonia celular no Brasil já ultrapassa 151 milhões. **Agência Brasil**. Disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/02/18/materia.2009-02-18.3752888527/view>. Acessado em abril de 2009.

CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**. nº 16. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

DELUIZ, Neise; NOVICKI, Victor. Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. **Boletim Técnico do SENAC**, 30(2) maio/ago, p. 18-29, 2004.

ELIAS, Nibert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ÉPOCA. No Polo Sul – O IPCC subestimou o derretimento da Antártida. Entrevista a Robert Bindshadler. **Revista Época**. Rio de Janeiro: Editora Globo. 26 de abril de 2009.

ESTADÃO. China é maior emissor de gases poluentes, diz estudo. **Estadão.com.br**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,china-e-maior-emissor-degases-poluente-diz-estudo,157109,0.htm>. Acessado em: 15 de abril de 2008.

FIORI, José Luis. **60 Lições dos 90**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Celso. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, Celso **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GREENPEACE Brasil. Sete anos para zerar desmatamento na Amazônia: ONGs brasileiras mostram como. **GREENPEACE**. Outubro de 2007. Disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/amazonia/noticias/pacto-nacional-prop-e-metas-an>.

IPCC. Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change). **Climate Change 2007**. [Paris, 02 de fev. de 2007] Disponível em <http://www.ipcc.ch/>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2007.

IPCC. **Sumário para os Formuladores de Políticas**: Contribuição do Grupo de Trabalho I para o Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima PNUMA, 2007b.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1969.

KONDER, Leandro. **Filosofia e Educação: De Sócrates a Habermas**. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2006.

LAYRARGUES, P. P. . Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LÖWY, M. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MEDICI, André Cesar. Marx e o Meio Ambiente. In: KONDER; CERQUEIRA FILHO; FIGUEIREDO. **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas/SP; Boitempo, 2002.

O GLOBO. Censo 2007: somos 183.987.291 brasileiros, mostra IBGE. **Jornal O Globo**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/12/21/327716442.asp>. De 21 de dezembro de 2007. Capturado em 12 de maio de 2009.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Em 182 países, os progressos irregulares e as desigualdades na saúde, na riqueza e na educação persistem**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh2009/Destaque2.pdf>. Outubro de 2009. Acesso em janeiro de 2010.

WEFFORT, Francisco C. Notas sobre a Teoria da Dependência : teoria de classe ou ideologia nacional. **Estudos**, n . 1, 1971.

WWWF. **Entenda Mercado de Emissões, MDL e IC: Quais são os mecanismos flexíveis do Protocolo de Quioto?** Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/clima/mudancas_climaticas_resultados/quioto/flex/index.cfm. Agosto de 2006. Acessado em outubro de 2007.